

14/16

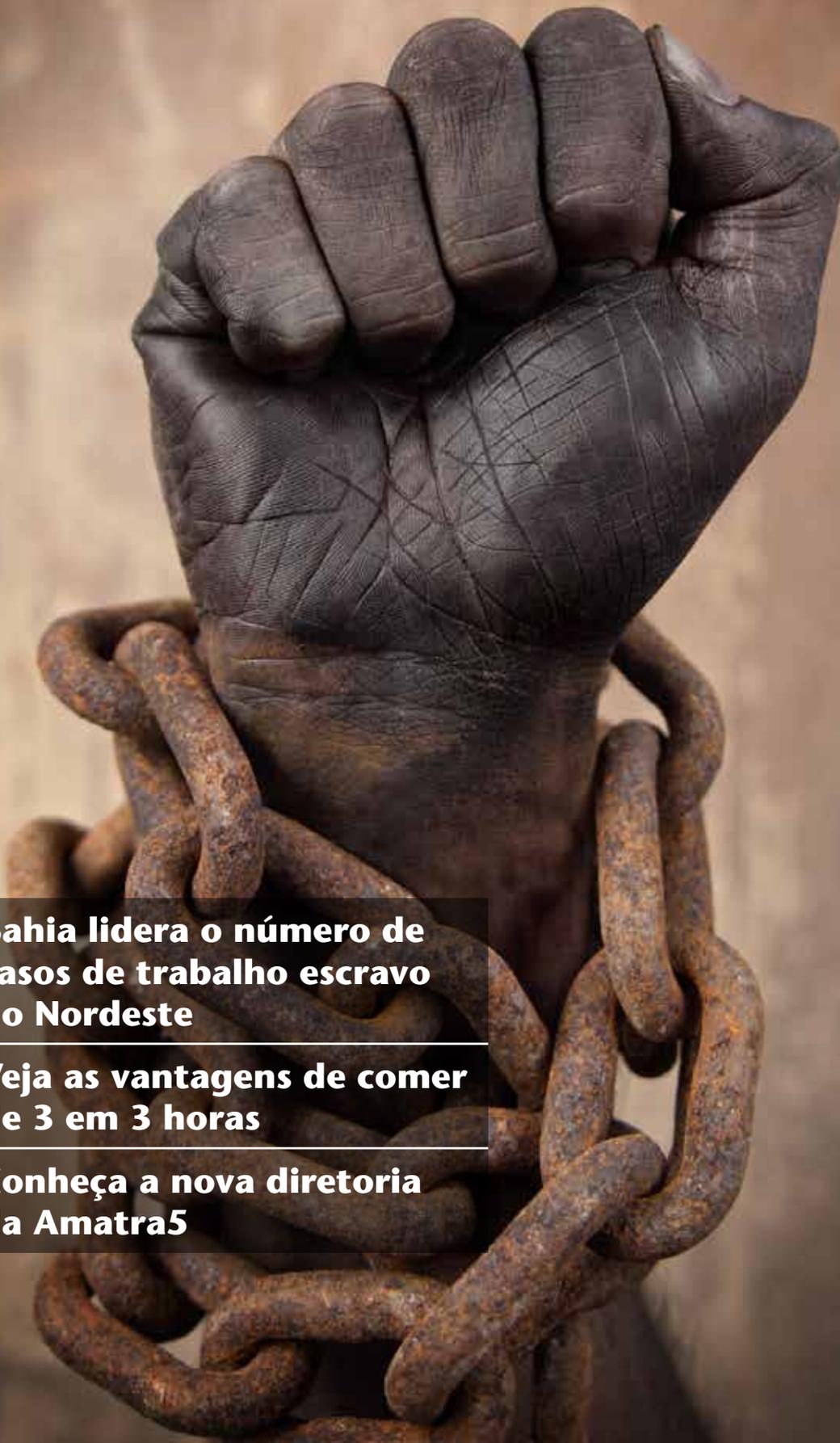
Bahia lidera o número de casos de trabalho escravo no Nordeste

22

Veja as vantagens de comer de 3 em 3 horas

26

Conheça a nova diretoria da Amatra5



CURSO

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO COM PREPARATÓRIO PARA MAGISTRATURA DO TRABALHO



05/07/2014 a 25/07/2015

CORPO DOCENTE

Agenor Calazans / Ana Carolina Mascarenhas / Ana Paola Diniz / Andrea Presas
Angélica Mello / Danilo Gaspar / Graça Varela / Guilherme Ludwig / Ivo Daniel
Luciano Figueiredo / Luciano Martinez / Marília Sacramento / Matheus Carvalho
Pedro Lino / Rafael Barreto / Rafael Menezes / Rodolfo Pamplona
Rosângela Lacerda / Sabrina Dourado / Silvia Isabelle / Thaís Mendonça

LOCAL

Colégio Análise
Edf. Empire Center, Av. ACM
(em frente ao Shopping Iguatemi)

O CURSO

Metodologia: Aula Presencial.
Horário: Sábados de 8h às 12h
e de 13h às 17h
Carga Horária: 360h/aula + 2 meses
para entrega de monografia

CONTATO

Inscrições e Informações
(71) 3326-4878/8845-7898
escola@amatra5.org.br



Realização



facebook.com/ematra.bahia
facebook.com/amatra5

Revista Amatra5 é uma publicação semestral da Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região - Amatra5

DIRETORIA

Presidente: **ANDRÉA PRESAS ROCHA**;
Vice-presidente: **GEORGE SANTOS ALMEIDA**;
Diretora-secretária: **MARÍLIA SACRAMENTO**;
Diretor Tesoureiro: **RENATO MÁRIO BORGES SIMÕES**; Diretora Cultural: **SILVIA ISABELLE RIBEIRO TEIXEIRA DO VALE**; Diretora Social, Esporte e Lazer: **LIGIA MELLO ARAÚJO OLIVIERI**; Diretor de Prerrogativas: **RAFAEL MENEZES SANTOS PEREIRA**; Diretora de Comunicação: **DOROTÉIA SILVA DE AZEVEDO MOTA**; Diretor de Aposentados e Pensionistas: **HET JONES RIOS**; Diretora de Cidadania e Direitos Humanos: **MANUELA HERMES DE LIMA**; Diretora de Assuntos Legislativos: **RENATA SAMPAIO GAUDENZI**

CONSELHO DE ÉTICA

Titulares: **DÉBORA MARIA LIMA MACHADO**, **CECÍLIA PONTES BARRETO MAGALHÃES** E **JOSÉ ARNALDO OLIVEIRA**; Suplentes: **JEFERSON ALVES SILVA MURICY**, **ADRIANA MANTA DA SILVA** E **MIRELLA MENDES GRASSI MUNIZ**

CONSELHO FISCAL

Titulares: **DALILA NASCIMENTO ANDRADE**, **IONE LAGO SANTANA** E **RODOLFO MARIO VEIGA PAMPLONA FILHO**;
Suplentes: **MARCOS OLIVEIRA GURGEL**, **REBECA AGUIAR PIRES ACCIOLY** E **SULAMITA LACERDA ALEODIM**

COMUNICAÇÃO

Assessor de Comunicação: **ADELMO BORGES**;
Projeto e Editoração Gráfica: **AUTOR VISUAL DESIGN GRÁFICO**; Fotos: **AMATRAS**; Gráfica: **GRASB**; Tiragem: **1.000 EXEMPLARES**

Endereço para correspondência: **AMATRAS**
Rua Miguel Calmon, nº 285, Ed. Góes Calmon,
11º andar, Comércio - CEP 40.015-901;
Salvador - Bahia - Tel.: (71) 3326-4878 / 3284-6970
Fax: (71) 3242-0573

e-mail: secretaria@amatra5.org.br

Esta publicação está disponível em PDF no site da Amatra 5: www.amatra5.org.br



As informações divulgadas neste informativo podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam, necessariamente, a opinião da Amatra5 e do conjunto de seus associados.



Passando o bastão

Esta revista marca a última edição da atual diretoria. Foi um trabalho prazeroso e desafiador de uma equipe nova e comprometida, que nunca mediu esforços para fazer o melhor pela Associação. Algumas dessas ações estão detalhadas na entrevista que concedi para prestar contas do que fizemos. Seguindo a tradição, o leitor vai ter a oportunidade de conhecer também os planos e metas da nova diretoria, que tem à frente a juíza Rosemeire Fernandes.

Além dessas entrevistas, a revista traz como tema de capa o trabalho articulado por vários organismos para combater uma situação que, infelizmente, ainda está presente em nosso dia a dia: trabalhadores submetidos a situações análogas à escravidão, com carga de trabalho excessiva, servidão por dívidas e sem carteira assinada. No ano passado, a Bahia liderou, no Nordeste, o número de trabalhadores regatados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

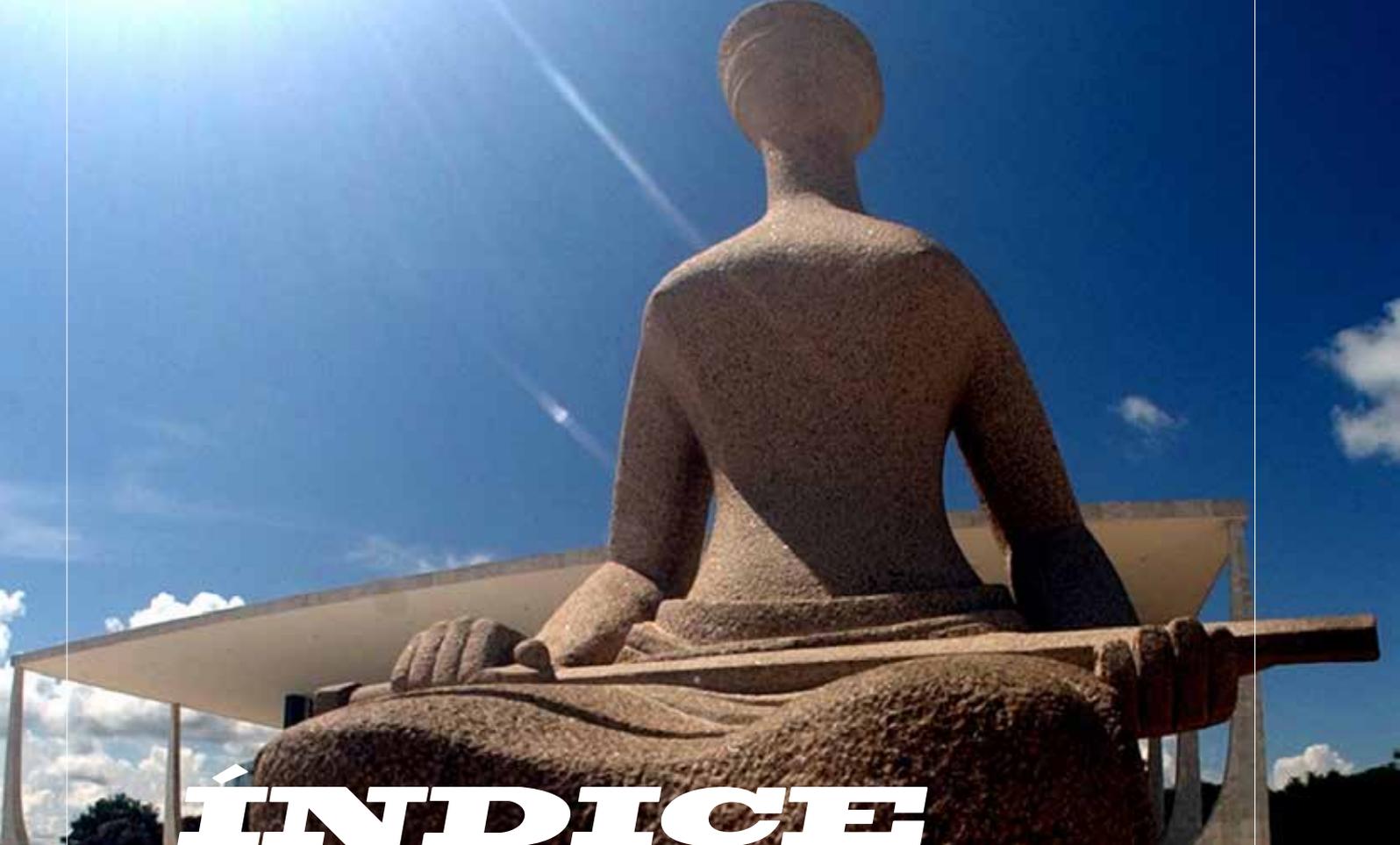
Trazemos uma entrevista com o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia, Alberto Balazeiro, um parceiro de todas as horas da Amatra5. Nossa associação, inclusive, tem ajudado nessa questão, com o programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC), na conscientização de crianças e jovens sobre os direitos trabalhistas.

A Amatra5 também faz parte de um programa estadual, chamado Projeto Ação Integrada, que visa qualificar pessoas resgatadas de trabalho análogo ao escravo e reinseri-las no mercado, em parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre) e outras entidades.

Outro destaque da revista é a parceria da Amatra5 com diversos órgãos públicos no Grupo de Trabalho Interinstitucional (Getrin) para Prevenção e Combate de Acidentes de Trabalho na Bahia. Estamos juntos com o TRT5, o MPT, o MPF, a AGU, o INSS e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado. Além desses assuntos, o leitor vai encontrar dicas de tecnologia, cultura e saúde, além de uma entrevista com um juiz aposentado, Gorgônio Neto, que é um exemplo de vida e disposição para as novas gerações.

Boa leitura!

Andréa Presas Rocha
Presidente da Amatra 5



ÍNDICE

Magistrados baianos na Itália	5
Entrevista com a presidente da Amatra5	7
Dicas de tecnologia	11
MPT e Amatra5 contra o trabalho escravo	14
Amatra5 no grupo de combate a acidentes de trabalho	17
Entrevista com o juiz aposentado Gorgônio Neto	18
Dicas culturais	20
Eleita a nova diretoria da Amatra5	21
A importância da alimentação regular	22



Magistrados baianos reunidos com o embaixador do Brasil na Itália, Ricardo Neiva Tavares

Magistrados baianos conhecem de perto a **Justiça Trabalhista da Itália**

O funcionamento da Justiça italiana é muito similar à brasileira. Esta foi a impressão da juíza Ana Cláudia Scavuzzi, diretora de Eventos e Convênios da Anamatra, que integrou o grupo de magistrados baianos que participou da 8ª edição do Congresso Internacional da Anamatra, entre os dias 9 e 13 de fevereiro, em Roma, na Itália. Na solenidade de abertura do evento, dia 9, após a saudação do presidente da Anamatra, Paulo Luiz Schmidt, que destacou a importância do intercâmbio dos juízes com a realidade de outros países, também usaram da palavra o reitor da Universidade La Sapienza, o deputado italiano Fábio Porta e o ministro Augusto César Leite de Carvalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Nas várias falas, além das boas-vindas aos juízes brasileiros, a iniciativa da Anamatra foi muito elogiada.

A diretora da Anamatra conta que os magistrados tiveram a oportunidade de assistir a condução de um processo por um juiz e até as alegações das partes. “Um dos casos envolvia a negativa de relação de emprego formal entre um cabeleireiro e um salão de beleza. A audiência que assistimos poderia muito bem ter acontecido no Brasil”, destaca a juíza.

Com relação à carreira, a diretora da Anamatra conta que o ingresso é por concurso, só que a seleção é a mesma para o Judiciário ou Ministério Público. “Depois que são aprovados podem optar por um ou por outro e ainda pode haver alteração durante a carreira, podendo migrar do Judiciário para o Ministério Público ou vice-versa”. Nesse sentido, os juízes italianos têm que ter um conhecimento bem mais amplo.

A magistrada baiana diz ainda que a escola judicial na Itália é bastante rígida. Depois de aprovado no concurso, o candidato passa por um período de três anos na Escola Judicial, podendo ser rejeitado se não possuir as atribuições exigidas para o cargo ou não for aprovado pela escola.

Do ponto de vista da estrutura de trabalho, a magistrada achou bem parecida com a do Brasil. “Os juízes italianos trabalham muito também e as condições são, em alguns aspectos, até piores do que as nossas”. Ana Cláudia Scavuzzi conta ainda que a juíza que presidiu a audiência que assistiu, por exemplo, fez a própria ata, por falta de servidores, bem como ouviu as partes e testemunhas. Além disso, a sala de audiência é bem menor do que a da Bahia e não possuem PJE (Processo Judicial Eletrô-

“

Os juízes italianos trabalham muito também e as condições são, em alguns aspectos, até piores do que as nossas

”

nico). “A sentença também deve ser publicada no prazo de dois dias após o término da última audiência”.

No que diz respeito à remuneração, obedece a um escalonamento a depender do tempo de serviço.

Sobre a participação dos magistrados baianos nas discussões, a juíza destaca

que os colegas contribuíram ativamente nas atividades científicas “com entusiasmo e atenção, apesar da programação extensa”.

O embaixador do Brasil na Itália, Ricardo Neiva Tavares, recebeu, durante o evento, uma caixinha contendo cocada baianinha da delegação da Amatra 5. “Única Amatra a levar um mimo para o embaixador”, lembra a juíza.

Além da diretora da Anamatra, participou também do evento o ministro Augusto César Leite de Carvalho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Para a presidente da Amatra5, juíza Andréa Presas, que também viajou com o grupo, esse tipo de evento é importante para quem atua no dia a dia das audiências. “Foi uma boa oportunidade de conhecer de perto como funciona o Poder Judiciário na Itália”.





“Tivemos grandes vitórias em questões de prerrogativas”

A juíza Andréa Presas Rocha está deixando o cargo de presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª região (Amatra5) com uma bagagem cheia de experiências positivas. Foi uma oportunidade de interagir mais com os colegas, de conhecer de perto como funciona o Congresso Nacional e também de se aproximar dos deputados e senadores que representam a Bahia. Estreitou laços também com os presidentes de outras Amatras e, apesar das inúmeras viagens, diz que valeu a pena o esforço. Na entrevista a seguir ela conta o que a diretoria conseguiu fazer nos dois anos que ficou à frente da entidade. Diz ter certeza que a Amatra5 vai continuar fazendo parte de sua vida e continua à disposição para contribuir com a associação, no que for preciso.

Quais as realizações mais marcantes de sua gestão?

Além de termos mantido as conquistas e realizações das gestões anteriores, tivemos grandes vitórias em questões de prerrogativas, de que foi exemplo o reconhecimento do direito à licença-prêmio e à ajuda de custo moradia. Também em assuntos legislativos, o intenso trabalho no Congresso Nacional nos rendeu bons frutos, a despeito das dificuldades conjunturais pelas quais o país vem atravessando. Conseguimos, com o trabalho conjunto de Amatras e Anamatra, a regulamentação do auxílio-moradia no CNJ, a aprovação da lei de recomposição parcial dos subsídios, a aprovação da lei que institui o adicional de acumulação, bem como o pagamento dos passivos do auxílio-alimentação junto ao CSJT.

A democracia no poder Judiciário foi um dos assuntos em pauta durante sua administração. Qual a avaliação que a Sra. faz dessa questão? O que precisa ser feito para haver um avanço maior?

Sobre este tópico é importante ressaltar que três Tribunais Regionais do Trabalho já reconheceram a necessidade de democratização interna do Judiciário (TRT1, TRT4 e TRT17), e ampliaram o colégio eleitoral para abarcar os magistrados de primeiro grau, nas eleições para a Mesa Diretora. Embora o TRT4 tenha instituído uma consulta não vinculativa, a abertura desta decisão pioneira possibilitou avanços maiores nos Tribunais que seguiram o seu exemplo, como foram os casos das 1ª e 17ª Regiões, que efetivamente reconheceram o direito de voto aos magistrados de primeiro grau nas eleições para os cargos de administração dos Tribunais. Outro avanço importante, foi a edição pelo CNJ da Resolução 194, que cuida da Priorização do Primeiro Grau. Com a instituição dos Comitês Regionais e da Rede Nacional, o Primeiro Grau terá voz e voto nas decisões estruturais fundamentais ao Poder Judiciário, em homenagem à democracia interna. É verdade que ainda temos um longo caminho a percorrer, mas esses primeiros passos são cruciais para uma maior abertura democrática. Na minha avaliação, muitos dos nossos problemas internos deixarão de existir quando implantado o voto direto por todos os magistrados nas eleições dos órgãos de administração dos tribunais, porque haverá, então, uma maior interação da base com a cúpula. Enquanto a mudança não vem pelas vias internas (alteração regimental), vamos trabalhando nas PECs sobre eleições diretas, que tramitam no Congresso Nacional.



Muitos dos nossos problemas internos deixarão de existir quando implantado o voto direto por todos os magistrados nas eleições dos órgãos de administração dos tribunais



No que diz respeito às matérias que estão no Congresso Nacional, quais as mais urgentes para os magistrados?

Nos últimos anos tivemos uma intensificação da nossa atuação no Congresso Nacional. Muitas são as matérias que nos interessam. São projetos de interesse da Magistratura, do Direito do Trabalho e da Justiça do Trabalho. De interesses da magistratura, temos trabalhado com bastante ênfase pela aprovação da PEC do ATS e pela rejeição da PEC da Bengala. A recomposição dos subsídios é item

permanente na nossa pauta, até porque a última recomposição foi apenas parcial. Além disso, temos atuado contra o PL da Terceirização, pela exclusão da Justiça do Trabalho da Lei de Mediação e pela aprovação dos PLs que aumentam cargos e funções nos Regionais.

Na parte cultural, o que a Sra. destacaria como mais relevante em sua gestão?

Tivemos vários destaques na área cultural. Ao tempo em que mantivemos a tradição do nosso COMAT e da Revista "Vistos Etc", inovamos no formato dos eventos de entrega da Comenda Fátima Stern. Neste, experimentamos momentos culturais únicos e enriquecedores, como a visita guiada pelo Museu Carlos Costa Pinto em 2013 e a apresentação exclusiva da Orquestra Sinfônica da Bahia em 2014. Um ganho representativo que conquistamos foi a obtenção de chancela para o nosso curso da Ematra5, que passou a ser certificado pela Unigrad, valendo agora como especialização (pós-graduação lato sensu)

No ano passado houve mudanças no estatuto da associação. Quais foram as principais alterações?

Foram várias as alterações promovidas no estatuto, porém aquelas que mais chamam a atenção, pelos positivos efeitos que trarão, dizem respeito à obrigatoriedade de instituição de uma Comissão de Prerrogativas, para maior suporte nesta área de grande demanda, à afetação da pasta de assuntos legislativos à Vice-Presidência, e à criação da Diretoria da Ematra5, separada da Diretoria Cultural, com o intuito de dinamizar e incrementar as atividades da Escola Associativa.

O Comat realizado durante sua gestão teve a presença de 4 ministros do TST e

um público expressivo. Qual a avaliação que a Sra. faz do evento?

O COMAT já é uma tradição no meio jurídico. A expressividade de público é o resultado disso. A vinda de Ministros do TST diferencia o COMAT de outros eventos jurídicos igualmente importantes realizados em nossa cidade, haja vista que o público pode interagir com aqueles que consolidam a jurisprudência trabalhista no Brasil.



Desejo sucesso e sorte aos novos diretores da Amatra5



Durante sua gestão os associados do interior passaram a participar, a cada 30 dias, do almoço que comemora os aniversariantes do mês. Qual sua avaliação dessa iniciativa?

O feedback foi extremamente positivo e satisfatório. Como sabemos, as dimensões do Estado da Bahia dificultam a vinda de colegas do interior aos eventos ocorridos em Salvador, de que é exemplo o nosso almoço semanal. Assim, tal qual a realização da festa do magistrado logo após a semana Institucional à qual comparecem quase todos os colegas do interior do Estado, o sorteio de aniversariantes do interior do Estado possibilitou uma maior participação desses associados nas atividades da Amatra, permitindo o reencontro entre colegas queridos.

O site da Amatra5 também foi modernizado. Quais as principais mudanças?

Além da modernização do layout externo do site, foi criada uma área restrita aos

associados com o formato de uma rede social, que permite uma maior interação entre os colegas, por meio da divulgação de fotos, contatos e interesses pessoais. Também na área restrita, foram criados espaços para a postagem dos assuntos internos da Associação, como as fotos dos eventos e festas, a postagem dos convênios, bem como a inserção de documentos de interesse da categoria, especialmente da área de prerrogativas.

Na área social, o que a Sra. destacaria como mais relevante?

As nossas festas tradicionais, em comemoração ao Dia do Magistrado e de Fim de Ano, mantiveram o glamour e a excelência daquelas realizadas nas gestões anteriores. Nos almoços das sextas-feiras, inovamos com o convite de um colega do interior para participar do almoço em comemoração ao aniversariante do mês. Celebramos, com atividades especiais, o Dia das Mães e o Dia dos Pais. Estimulamos a participação dos colegas nos Jogos Nacionais da Anamatra. Preservamos a boa e salutar convivência nos nossos eventos de "Qualidade de Vida". Enfim, foi tudo muito focado na satisfação do associado. Destacaria, no entanto, a Campanha de Natal, que, no último ano, recebeu recorde de doações.

Por fim, qual sua mensagem para a nova diretoria que vai assumir a gestão da Amatra5?

A nova Diretoria é integrada por colegas de mais alta competência. Não tenho dúvida de que farão uma excelente gestão, dando continuidade a todo um trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo de muitos anos. Apesar de estarmos saindo da direção da Amatra, dizem, os mais experientes, que a Amatra não sai da gente. Assim, continuamos à disposição para contribuir com a nossa associação, ao tempo em que desejamos sucesso e sorte aos novos diretores.



Museus proíbem pau de selfie

Alguns dos principais museus do mundo estão proibindo o uso do pau de selfie, aquele que permite fotografias com maior angulação e melhor encaixe de pessoas no enquadramento. O complexo de museus Smithsonian, nos Estados Unidos, banuiu a utilização do acessório, assim como os museus de Arte Moderna e Metropolitano de Nova York, Galeria Nacional de Arte de Washington, Getty Center de Los Angeles e Museu de Arte Contemporânea de Chicago. O mesmo está acontecendo na Europa. Entre as justificativas estariam possíveis ferimentos que os paus de selfie podem causar em outros visitantes, além de danos às obras expostas. Resta saber se a proibição acontecerá também no Brasil.



WhatsApp: ligação de voz no smartphone



O WhatsApp já liberou uma versão para iPhone que permite ligação de voz. As ligações já haviam sido liberadas no final de março para todos os usuários do aplicativo de mensagens que usam smartphone Android. Anteriormente, para ter acesso ao recurso, era necessário baixar uma atualização manualmente do site do aplicativo, instalá-lo e aguardar que alguém com acesso ao recurso efetuasse uma ligação. Agora, basta baixar uma atualização do app hospedado na Google Play. O update cria o ícone de telefone no canto superior da tela de exibição das mensagens do aplicativo.

Aplicativos que ajudam a dormir

A tecnologia pode ajudar as pessoas que têm insônia. Alguns aplicativos podem ajudar na qualidade do descanso, seja com sons relaxantes, músicas calmas ou tecnologias de monitoramento. A seguir alguns deles:

- 1. Sleep Genius** - Desenvolvido em parceria com especialistas em neurociência, música, som e sono, o aplicativo possui sons relaxantes que diminuem a frequência cardíaca e respiração do usuário. Está disponível para Android e iOS.
- 2. Relax Melodies** - Mistura elementos musicais com sons de relaxamento da natureza, sendo um coringa para outras situações, como exercícios de ioga. Está disponível gratuitamente para Android, iPhone e Windows Phone.
- 3. Sleep Better** - Este aplicativo gratuito para iOS e Android é um pouco diferente. Em vez de te ajudar a dormir, Sleep Better funciona mais como um alarme que varia de acordo com as atividades do seu dia. Por exemplo: caso tenha um dia estressante, basta programar o app para esta função. O utilitário exibe gráficos e relatórios de desempenho de suas noites de descanso, dando dicas para que você possa melhorar sua rotina.
- 4. White Nose Relax** - Oferece muitas opções de sons ambiente para relaxamento antes de dormir ou até mesmo no cotidiano, como chuva, vento, riachos, etc. Está disponível gratuitamente para Android e iOS.
- 5. Sleep Tracker** - O utilitário monitora o seu sono, apresenta gráficos de desempenho e cria também um ambiente sonoro que ajuda qualquer um a dormir. A cada manhã, é possível ver um relatório sobre a sua noite de descanso, ajudando quem quer criar uma rotina para melhorar a saúde.
- 6. Sleepmaker Rain** - Para quem gosta de dormir com barulho de chuva. Com esse aplicativo, você pode ter os mais variados tipos de chuva para dar aquela relaxada e cair em um sono pesado. Apesar de simples, o aplicativo oferece um timer para interromper os sons, coisa que os concorrentes não fazem.
- 7. Long Deep Breathing** - Nem só músicas e sons ambientes ajudam no relaxamento noturno. A proposta desse aplicativo consiste em pequenos exercícios de respiração que auxiliam no relaxamento, aliviando qualquer stress acumulado das situações cotidianas.

Ministro baiano lança livro

O Ministro baiano Cláudio Brandão, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), lançou, dia 6 de março, o livro "Reforma do Sistema Recursal Trabalhista: Comentários à Lei n. 13.015/2014".

O evento aconteceu na sala de sessões do Tribunal Pleno do TRT5, no bairro de Nazaré, em Salvador, com a presença da presidente da Amatra5, juíza Andréa Presas, da diretora de Comunicação, juíza Dorotéia Azevedo, e do diretor tesoureiro, desembargador Renato Simões. Antes do lançamento aconteceu uma homenagem às magistradas aposentadas Sônia França e Graça Laranjeira. Na foto: juíza Graça Varela, Desembargadoras Léa Nunes e Luíza Lomba, o Ministro Cláudio Brandão, as Desembargadoras Graça Laranjeira e Nélia Neves (vice-presidente do TRT5) e a juíza Ana Paola Machado.



Diretoria da Amatra5 recebe medalha da Setre

O secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), Nilton Vasconcelos, homenageou

a Amatra5 com uma medalha do Fórum Nacional de Secretários Estaduais do Trabalho (Fonset), do qual ele é presidente, pela parceria dos magistrados do Trabalho da Bahia com as ações da pasta.

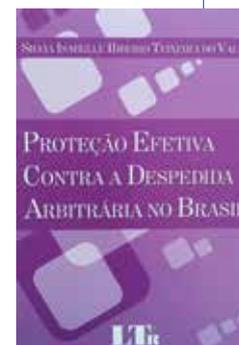
O secretário entregou a medalha no dia 4 de dezembro do ano passado, na sede da Amatra5, à presidente da instituição, juíza Andréa Presas. Participaram também o diretor de Prerrogativas, juiz Rafael Menezes; a diretora de Cidadania e Direitos Humanos, juíza Manuela Hermes; a ex-presidente da Amatra5, juíza Ana Cláudia Scavuzzi; e a juíza Viviane Brito, além da assessora da Setre, Hilda Fausto. Além da entrega da medalha, o secretário presenteou a Associação também com kits de vídeos sobre o artesanato produzido na Bahia.

Juíza do Trabalho lança livro sobre despedida arbitrária

A juíza do Trabalho Silvia Isabelle lança, no dia 22 de maio, às 10h30, o livro "Proteção Efetiva Contra a Despedida Arbitrária no Brasil". O evento será realizado na sede da Amatra5, no Fórum Trabalhista do Comércio, e deve reunir magistrados, professores e estudantes de Direito.

O livro é fruto da dissertação de Mestrado da autora na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde obteve nota 10, com louvor e indicação de publicação. A orientação foi do professor e também juiz Rodolfo Pamplona.

Editado pela LTr, o livro é voltado para os profissionais que atuam no ramo do Direito do Trabalho. A publicação pode ser adquirida pela internet, no site: www.ltreitoria.com.br





Projeto MPT na Escola envolve 34 municípios

Com o objetivo de atingir 48 mil estudantes do ensino fundamental, o projeto MPT na Escola, iniciativa do Ministério Público do Trabalho, envolve 34 municípios baianos. O evento de lançamento aconteceu na sede do MPT com a presença de representantes do MPT, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT5) e Associação dos Magistrados Trabalhistas da Bahia (Amatra5) e do Ministério do Trabalho e Emprego, representado pela também presidente do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador (Fetipa), a auditora fiscal do trabalho Teresa Calabrich.

A juíza do trabalho Rosimeire Fernandes, gestora do Programa para a Erradicação do Trabalho Infantil do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia (TRT5), que também representou a Amatra5, destacou o papel fundamental a ser exercido pelo professor no processo de transformação da sociedade. Coordenadora estadual do MPT na Escola, a procuradora Rita Mantovaneli, ressaltou que este ano o projeto se consolida de vez no Estado, que é o segundo no país em participação de escolas e alunos, atrás apenas do Ceará, onde a iniciativa começou em 2008.

Especialistas dos Estados Unidos ministram curso para magistrados

Juízes trabalhistas da Bahia tiveram a oportunidade de conhecer, durante uma semana, as técnicas da Justiça americana de resolução de conflito com especialistas da Universidade de Direito de Pepperdine (EUA). Cerca de 50 magistrados ligados ao Núcleo de Conciliação do TRT5 participaram da programação, promovida pela Escola Judicial. O curso começou no dia 17 de novembro e foi até o dia 21, com uma carga horária de 40 horas. Os magistrados norte-americanos apresentam os diferentes tipos de mediação, assim como os conceitos e as técnicas usadas naquele país. Segundo a juíza Dorotéia Azevedo, diretora de Comunicação da Amatra5, o curso foi uma excelente proposta da Escola Judicial do TRT5, sob a batuta da Desembargadora Luiza Lomba e das juízas Ana Paola Machado Diniz e Maria das Graças Varela. “Em nossa atividade, iniciativas dessa natureza vêm trazer novos desafios, incentivando a missão de buscar soluções aos conflitos que se apresentam”.

Trabalho Seguro é tema de campanha do TST

Com o tema “A prevenção é o melhor caminho”, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) lançou a Campanha Nacional do Programa Trabalho Seguro, com uma série de quatro vídeos. Elaborada pela Secretaria de Comunicação Social do TST, a campanha tenta demonstrar como os acidentes são previsíveis e que eles podem ser evitados por simples ações de prudência do trabalhador e do empregador. Para visualizar os vídeos e a campanha, basta acessar o site: www3.tst.jus.br/ASCS/trabalhoseguro.



Trabalho escravo **ainda não acabou**

Em 2014, a Bahia liderou o número de trabalhadores resgatados na região Nordeste pelo Ministério do Trabalho e Emprego. MPT e outros órgãos atuam no combate a essa prática.

Pelo código penal brasileiro, jornada exaustiva é considerada trabalho escravo

Oficialmente, a escravidão no Brasil acabou em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, pela Princesa Isabel. Mas, infelizmente, em pleno século XXI, trabalhadores ainda são submetidos a situações análogas à escravidão, com carga de trabalho excessiva, servidão por dívidas e sem carteira assinada. No ano passado, a Bahia liderou o número de trabalhadores resgatados no Nordeste pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com 74 trabalhadores identificados nessa condição (veja quadro na página 16)

O Ministério Público do Trabalho (MPT) tem desenvolvido, na Bahia, uma série de ações visando coibir essa prática, sempre com o apoio de outras instituições, como o próprio MTE, a Polícia Federal, a Defensoria Pública da União (DPU) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, entre outros.

Segundo o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia, **Alberto Balazeiro**, a atuação do órgão ocorre em três frentes: repressiva, preventiva e de reinserção.

No primeiro caso, a atuação se dá a partir de denúncias ou de investigações próprias do MPT. Balazeiro informa que existe um Grupo Móvel (formado pelo MPT, MPE e Polícia Federal), sediado em Brasília, com atuação nacional que, quando acionado, vem para a Bahia.

O procurador-chefe dá o exemplo de uma ação bem sucedida no ano passado, quando foram resgatados 11 tripulantes de um navio de cruzeiro em Salvador. O grupo foi colocado em um hotel de Salvador, depois da ação da força-tarefa. Auditores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) e representantes da Defensoria Pública da União (DPU) e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) colheram depoimentos e provas documentais que indicavam a condição degradante, que, pela lei brasileira, permite o enquadramento do caso como trabalho análogo ao de escravos.

Trabalhavam até 16 horas em horários fracionados e sofriam todo tipo de pressão e maus tratos a bordo. Isso quando ainda estavam em águas territoriais brasileiras. “Pelo código penal brasileiro, jornada exaustiva é considerada trabalho escravo”, informa o procurador, acrescentando que os passaportes dos trabalhadores eram retidos pelos empregadores e eles eram escravizados por dívidas.

Balazeiro informa que no caso de uma ação repressiva, é aberto um inquérito, que pode resultar em um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) ou uma Ação Civil Pública. O procurador esclarece que o resgate dos trabalhadores é feito pelo Ministério do Trabalho e Emprego e que o papel do MPT é o de auxiliar na inspeção e identificação dos responsáveis.





Ação conjunta de vários órgãos resultou no resgate de 11 tripulantes de um navio de cruzeiro em Salvador

Parcerias com a Amatra5

Existe ainda a frente preventiva, que consiste em ações de conscientização sobre o trabalho escravo. “O programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), executado na Bahia pela Amatra5, tem nos ajudado muito, levando informação para as escolas da rede pública”.

Outra ação em parceria com a Amatra5 e outros órgãos como a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes (Setre) é a Agenda Bahia do Trabalho Decente, que, entre outros objetivos, visa garantir um trabalho adequadamente remunerado, exercido com liberdade, equidade, segurança e sem discriminação. A iniciativa desenvolve em cada município uma Agenda Municipal de Trabalho Decente, que deve garantir o diálogo

social com trabalhadores, empregadores, sociedade civil e outros atores do mundo do trabalho.

Balazeiro cita também o programa MPT na Escola, que este ano conta com a adesão de 34 municípios e visa combater o trabalho infantil, que, em sua opinião, é o embrião do trabalho escravo. O projeto fornece material didático e aulas de capacitação para que os educadores levem o assunto para as salas de aula de seus municípios e comunidades do entorno.

Por fim, existe a frente da reinserção, que visa qualificar o trabalhador resgatado de uma situação degradante para que ele não volte para a mesma situação. Existe um projeto chamado “Resgatando a Cidadania” que visa capacitar e já inserir o trabalhador no emprego.



O programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC), executado na Bahia pela Amatra5, tem nos ajudado muito, levando informação para as escolas da rede pública





Modus Operandi conhecido

O procurador-chefe esclarece que o trabalho de aliciamento obedece a um modus operandi bastante conhecido dos auditores. Na zona rural, o fazendeiro contrata um intermediário conhecido como “gato” e se expõe ao risco de ter, em sua propriedade, trabalhadores aliciados de outras regiões do país, morando em alojamentos precários e sendo transportados em condições de risco. Nesse caso, o trabalhador é aliciado por motivos econômicos de sua terra de origem e arregimentado para atuar em locais de difícil acesso, sem nem sinal de celular. “É o cenário ideal para se implantar duras jornadas de trabalho, sem repouso, em ambiente de sol escaldante, sem equipamentos de proteção, alojamentos precários e sem carteira assinada”, diz o procurador-chefe, lembrando que essa realidade também acontece em zonas urbanas. Ele lembra, por exemplo, o caso de 17 trabalhadores que foram resgatados em Salvador, no bairro de Doron, em 2013. Eles estavam sendo submetidos a condições de trabalho degradantes, o que configura situação análoga à es-

cravidão. O grupo prestava serviços à empresa GAF Logística Ltda., com sede no Rio de Janeiro, estado de onde vieram todos os trabalhadores resgatados, para a distribuição de listas telefônicas na capital baiana.

Uma das trabalhadoras resgatadas, Darcilínia Gomes da Silva, 58 anos, contou que se submeteu a esse tipo de atividade

por necessidade. “Uma pessoa da minha idade não acha emprego fácil. Então prefiro vir para outras cidades para esse trabalho e ganhar o que dá”, relatou para os auditores e procuradores. Ela revelou que recebia gorjetas de pessoas para as quais entregava as listas telefônicas e era com esse dinheiro que fazia lanches e pagava o transporte.

Números que preocupam

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou 248 ações fiscais e resgatou um total de 1.590 trabalhadores da situação análoga a de escravo, em 2014, em todo país. A Bahia lidera a estatística no Nordeste, vindo logo atrás os estados do Ceará e do Maranhão.

No Brasil, o campeão no ano passado foi o Rio de Janeiro, com 118 resgatados, seguido do Espírito Santo, com 86.

NORDESTE	IDENTIFICADOS
BA	74
CE	43
MA	73
PE	8
PI	117
TOTAL	315

Amatra5 participa de projeto de combate ao trabalho escravo



A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 5ª Região (Amatra5) faz parte de um programa estadual que visa qualificar pessoas resgatadas de trabalho análogo ao escravo e reinseri-las no mercado. A presidente da Amatra5, juíza Andréa Presas, assinou, dia 15 de dezembro, na sede da Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (Setre), em Salvador, um Termo de Compromisso para a execução dessa ação, cujo título é Projeto Ação Integrada. Essa iniciativa nasceu no Mato Grosso há cinco anos e começou a ser implantada na Bahia em 2012. O Projeto no Mato Grosso já abordou 1.648 trabalhadores, tendo qualificado profissionalmente e alfabetizado 643 deles. Para a presidente da Amatra5 essa iniciativa é muito importante, na medida em que busca resgatar a dignidade de trabalhadores vítimas de exploração. “É inconcebível que em pleno século XXI ainda tenhamos exemplos desse tipo. A sociedade precisa estar atenta para combater as situações degradantes de trabalho”, destaca a magistrada.

Amatra5 faz parte de grupo de combate a acidentes de trabalho

O “Dia Internacional em Memória às Vítimas de Acidentes e Doenças de Trabalho”, que transcorreu dia 28 de abril, foi a data escolhida para a instalação do Grupo de Trabalho Interinstitucional (Getrin) para Prevenção e Combate de Acidentes de Trabalho na Bahia. O evento aconteceu na sede do TRT5, em Nazaré, com a presença dos representantes dos seis órgãos que compõem o grupo, entre eles a presidente da Amatra5, juíza **Andréa Presas**.

Fazem parte ainda do Getrin: o TRT5, o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Federal (MPF), a Advocacia Geral da União (AGU), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado (SRTE-BA). A meta do grupo é promover a conscientização de patrões e empregados, coordenar a atuação dos diversos órgãos e incentivar a adoção de políticas públicas de prevenção a acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

O evento foi aberto pela vice-presidente do TRT5, Desembargadora Nélia Neves, que deu as boas-vindas e elogiou a iniciativa. Depois foi a vez da desembargadora Léa Nunes, coordenadora do Programa Trabalho Seguro do TRT5, destacar a importância da união de esforços dos diversos órgãos que compõem o Getrin para se atingir o objetivo comum, que é evitar que os acidentes de trabalho aconteçam.

Em seguida foram exibidos os vídeos da campanha do TST sobre Trabalho Seguro, cujo lema é: “Acidentes não acontecem por acaso – a prevenção é o melhor caminho”.

Na sequência o procurador-chefe do MPT, Alberto Balazeiro, falou como vai funcionar o Getrin, cuja função principal é unir as instituições em prol da prevenção de acidentes. Disse que pretende convidar outras entidades para integrar o grupo, entre elas o Ministério Público Estadual (MPE) e a Polícia Civil, esta última por ser a primeira, em geral, a ter contato com a cena do acidente.

Citou ainda números de ocorrências envolvendo trabalhadores, destacando a construção civil, o setor elétrico e a Petrobras como exemplos. Falou também da experiência exitosa Arena Fonte Nova, “que teve a participação decisiva da Amatra5 na orientação dos trabalhadores e ao final de uma obra grande e complexa praticamente não ocorreram acidentes”. Depois foi a vez da presidente da Amatra5 dar seu depoimento como magistrada, destacando como é frustrante apenas dar uma sentença em caso de acidente de trabalho. “O ideal é uma atuação na educação básica para conscientizar, desde cedo, sobre a importância da prevenção”. A juíza disse ainda que, como presidente da Amatra5, estava muito feliz em poder participar desse grupo ao lado de instituições tão relevantes dentro do segmento. Participaram ainda do evento, assinando o documento que cria o Getrin, o Gerente Executivo do INSS, Alberto Souza Sacramento; a Superintendente Regional do Ministério do Trabalho e Emprego, Isa Maria Simões; e o Procurador na Advocacia Geral da União, Frederico de Souza.

Presentes também à solenidade, os desembargadores Pires Ribeiro e Luiz Roberto Mattos e a presidente eleita da Amatra5 e gestora de 1º grau do Programa Trabalho Seguro, juíza Rosemeire Fernandes.



Fotos: Adélmo Borges



Representantes dos órgãos que compõem o grupo participaram do lançamento na sede do TRT5, em Nazaré



Foto: Adelmo Borges

“Ser juiz do Trabalho foi o que mais me realizou profissionalmente”

Poucas pessoas chegam aos 76 anos com a vitalidade do juiz aposentado Gorgônio Neto, que tem o orgulho de ter atuado no Executivo, no Judiciário e no Legislativo, além de ter sido empresário na iniciativa privada. Hoje ele cuida dos sete netos, caminha todos os dias, lê bastante e ainda escreve poesias. Casado há 50 anos com Ana Julina Barreto Araújo, com quem teve três filhos, Dr. Gorgônio participa ativamente das atividades da Amatra5, o que considera fundamental para manter vivo o espírito associativo.

Formou-se em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1963. Foi diretor do jornal Unidade e presidente do Centro Popular de Cultura - CPC, da União dos Estudantes da Bahia. Foi representante da UNE e preso político por liderar o movimento estudantil, em 1964. Foi solto graças a um Habeas-Corpus apresentado pelo advogado Raul Chaves. Acompanhe a seguir a entrevista que ele concedeu à Revista da Amatra5.

Fale um pouco de sua trajetória profissional.

Atuei no Legislativo como deputado estadual e federal; no Executivo, dirigindo empresas como a CNB, a Desenvale, a Empresa Gráfica da Bahia e o Baneb; e no Judiciário, como Juiz do Trabalho, primeiro em Recife e Caruaru (Pernambuco) e depois fiz novo concurso e vim para a Bahia, onde atuei em Bom Jesus da Lapa, Irecê, Itabuna e Candeias. Me aposentei compulsoriamente aos 70 anos.



Fui contemporâneo das mudanças na Constituição, que ampliou os horizontes da justiça social



De qual dos três poderes o Sr. sente mais saudade?

Sem dúvida do Judiciário. Foi o que mais me realizou, pois senti que podia fazer um trabalho diferenciado, de combate às injustiças. Fui contemporâneo das mudanças na Constituição, que ampliou os horizontes da justiça social, embora não tenha modificado a estrutura do Judiciário de modo substancial. Ao final de minha atividade, assisti os primeiros passos da Justiça do Trabalho entrando na era da informática. As notícias que tenho hoje é de que o Processo Judicial Eletrônico trouxe muitos avanços. As críticas ficam por conta da velocidade, que é o caráter essencial da informática.

O que mais lhe marcou na trajetória como magistrado?

Não vou falar de uma causa específica, mas de um gesto que me marcou muito. Quando estava em Itabuna, tinha dúvidas se estava sendo justo em minhas decisões, se estava favorecendo demais os empregados. Mas tranquilizei a minha consciência de juiz quando fui homenageado, na época que fui removido de Itabuna, pelo Rotary Club local, que



Caminho todos os dias e leio jornais e revistas para me manter atualizado, além de livros



é constituído das classes empresariais da região. Fui também homenageado pela unanimidade dos advogados locais, numa festa de saudade e gratidão.

Como o Sr. ocupa seu tempo hoje?

Cuido de meus sete netos e acompanho a vida profissional de meus filhos, Gorgônio, Mônica e Daniela. Caminho todos os dias no condomínio onde moro, leio jornais e revistas para me manter atualizado, além de livros. Atualmente estou lendo “O homem que amava os cachorros”, do escritor cubano Leonardo Padura, uma versão romanceada dos últimos anos do intelectual marxista Leon Trótsky, no México.

Vou publicar ainda, em breve, um livro de poesias intitulado “Brasilíadas”, que é uma manifestação de meu otimismo em relação à melhor parte do povo brasileiro.

O precursor do computador



Vencedor do Oscar de melhor roteiro adaptado, o filme “O Jogo da Imitação” é uma daquelas produções que encantam por alguns detalhes: a excelente reprodução de época, ser baseado numa história verídica e pela atuação de alguns atores. O enredo se passa na Segunda Guerra Mundial, quando os aliados estavam distantes da vitória devido ao uso, pelos alemães, de uma intrincada máquina de criptografia chamada Enigma. Escondidos em uma instalação secreta nos campos ingleses, enquanto bombardeios frequentes devastavam Londres, uma equipe liderada pelo gênio matemático Alan Turing trabalhava contra o relógio para decifrar o código nazista. O trabalho do ator Benedict Cumberbatch merecia uma melhor sorte na premiação de Hollywood. O ator interpreta um gênio da matemática que inventou uma máquina precursora do computador. Vale a pena conferir o trabalho desse grande ator.



Memórias de uma paciente em coma

O livro “Se eu ficar”, de Gayle Forman, fez tanto sucesso que virou roteiro de filme. Conta a história de Mia, uma jovem apaixonada por música que acabou de sofrer um acidente com sua família e está em coma. Ela vê o sofrimento das pessoas e não pode fazer nada, pois está fora do corpo, em forma de espírito. O interessante é que não existe uma ordem cronológica na história. A autora, de 45 anos, mistura as lembranças da protagonista, que vão acontecendo durante as visitas de seus amigos e familiares no hospital. Tanto o livro quanto o filme prendem a atenção. Todo mundo quer saber como será o desfecho dessa história curiosa.



Jesuton: nova diva do soul?

A cantora Jesuton começou cantando nas ruas do Rio de Janeiro, em 2012, e poucos anos depois já gravou um disco e um DVD, no qual interpreta clássicos, como “Part Time Lover”, de Stevie Wonder e “Lets Get It On” e “Sexual Healing”, de Marvin Gaye. No vídeo, ela é performática e em alguns momentos lembra Amy Winehouse. Inglesa, filha de pai nigeriano e mãe jamaicana, a cantora fez sucesso a partir de vídeos postados no youtube, nos quais se assemelha às grandes divas do soul. Seu DVD “Jesuton - Show Me Your Soul - Ao Vivo” traz 16 faixas, uma delas com a participação de Marcelo D2. Um grande som para quem curte esse estilo de música.



Juízas Rosemeire Fernandes e Andréa Presas, durante votação na sede da Amatra5

CHAPA ELEITA DA ANAMATRA

A chapa única da Amatra “Unidade, Independência e Valorização” recebeu 1.795 votos no Brasil. Ao tomar conhecimento do resultado, Germano Siqueira agradeceu a confiança depositada na nova diretoria. “O fechamento do processo eleitoral se deu com uma participação expressiva de associados no contexto de uma chapa única, o que revela o desejo de legitimar a nova diretoria para os desafios que virão”, disse. Confira abaixo os dirigentes eleitos da Amatra:

Presidente: Germano Silveira de Siqueira (Amatra 7)

Vice-presidente: Guilherme Guimarães Feliciano (Amatra 15)

Secretária-Geral: Ana Cláudia Scavuzzi de Carvalho Magno Baptista (Amatra 5)

Diretor Administrativo: Paulo da Cunha Boal (Amatra 9)

Diretor Financeiro: Valter Souza Pugliesi (Amatra 19)

Diretora de Comunicação Social: Áurea Regina de Souza Sampaio (Amatra 1)

Diretora de Prerrogativas e Assuntos Jurídicos: Maria Rita Manzarra de Moura Garcia (Amatra 21)

Diretor de Assuntos Legislativos: Luiz Antonio Colussi (Amatra 4)

Diretora de Formação e Cultura: Silvana Abramo Margherito Ariano (Amatra 2)

Diretora de Eventos e Convênios: Ana Carolina Marques Gontijo (Amatra 3)

Diretor de Informática: Rafael Val Nogueira (Amatra 6)

Diretora de Aposentados: Virgínia Lúcia de Sá Bahia (Amatra 6)

Diretora de Cidadania e Direitos Humanos: Noemia Aparecida Garcia Porto (Amatra 10)

Eleita a nova diretoria da Amatra5 para o biênio 2015/2017

Foi eleita, no dia 24 de abril, a nova diretoria da Amatra5, para o biênio 2015/2017, que tem como presidente a juíza Rosemeire Fernandes. A posse solene será no dia 29 de maio, às 16 horas, na sede do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5), em Nazaré.

Também foi eleita, no mesmo dia, a nova diretoria da Amatra, encabeçada pelo juiz Germano Silveira de Siqueira, da 7ª Região (Ceará), que tem na diretoria a ex-presidente da Amatra5, juíza Ana Cláudia Scavuzzi (que vai ocupar o cargo de secretária-geral).

A presidente eleita da Amatra5 disse esperar contar com o apoio dos colegas magistrados para que a diretoria possa cumprir os objetivos estabelecidos. “Pretendemos transformar nossas metas em realidade e, para isso, esperamos não apenas a ação articulada de cada membro da diretoria, mas, especialmente, a participação de todos os associados”, destacou a juíza Rosemeire Fernandes. A juíza Andréa Presas, que encerra seu mandato à frente da Amatra5, deseja sucesso e sorte aos colegas. “A nova diretoria é integrada por colegas da mais alta competência. Não tenho dúvida de que farão uma excelente gestão, dando continuidade a todo um trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo de muitos anos. Continuamos à disposição para contribuir com a nossa associação, ao tempo em que desejamos sucesso e sorte aos novos diretores.”

A chapa única “União e Trabalho”, da Amatra5, possui a seguinte composição:

Presidente: Rosemeire Fernandes

Vice-Presidente: Angélica Ferreira

Diretora-Secretária: Edlamar Cerqueira

Diretora Tesoureira: Soraya Gesteira

Diretor Cultural: Paulo Temporal

Diretora Social, Esporte e Lazer: Léa Oliveira

Diretor de Prerrogativas: Juarez Dourado

Diretora de Comunicação: Cecília Pontes

Diretora de Aposentados e Pensionistas: Marama Carneiro

Diretora de Cidadania e Direitos Humanos: Sílvia Isabelle

Diretora da Amatra5: Thaís Mendonça

Alimentação regular ajuda a controlar o peso

Nutricionista explica a importância de comer de três em três horas



Comer de três em três horas não é indicado apenas para quem está fazendo dieta de redução de peso. É uma ótima pedida também para quem pratica atividades físicas, principalmente musculação, pois evita a perda de massa magra.

Segundo explica a nutricionista Jamile Cardoso, especializada em nutrição esportiva, o corpo humano precisa constantemente de nutrientes, especialmente os aminoácidos (componentes das proteínas). Em um jejum prolongado o organismo fica privado desses nutrientes e então os extrai dos músculos, entrando assim em estado de catabolismo, diminuindo a massa magra, resultando em flacidez muscular.

“Ficar muitas horas sem comer faz com que o corpo trabalhe de modo inteligente, ou seja, ele vai guardar gordura e funcionará de forma lenta, favorecendo a formação da famosa barriguinha que incomoda muita gente”, ensina a especialista. Ou seja, em períodos prolongados de jejum, o corpo guarda gordura extra para possíveis situações de escassez.

Além disso, o jejum também promove uma espécie de estresse no organismo, favorecendo o aumento na secreção do hormônio chamado cortisol, que está associado ao estoque de gordura abdominal.

Jamile lembra que ao fazer uma refeição o nosso corpo inicia imediatamente o processo de quebra do alimento e absorção dos nutrientes, que é quando se dá a digestão. “Nas duas horas iniciais, ocorre o aumento dos níveis de glicose, que é a principal fonte de energia para o funcionamento do organismo”.

A partir de então esses níveis começam a cair e se não há a ingestão de alimentos o corpo entra no estado de hipoglicemia (queda da glicose sanguínea) levando à falta de concentração, fraqueza, sonolência, tontura, tremores e sensação de desmaio.

“É muito importante se alimentar de três em três horas para evitar também os picos de insulina, o que acontece quando o jejum é longo, forçando o organismo a liberar de forma exagerada essa substância”.

Veja porque é importante a alimentação regular

1. Pode ajudar a emagrecer, pois acelera o metabolismo;
2. Permite comer de forma equilibrada e reduzir as porções. Quem se alimenta de forma saudável, em períodos curtos, acaba tendo uma sensação maior de saciedade. Assim, chega às refeições principais com menos fome. Dessa forma, a pessoa mastiga com mais calma e mais vezes, além de saborear mais a comida;
3. Desconfortos como dor de estômago, desânimo e mau hálito podem ser consequências de períodos longos de jejum;
4. Os lanches entre as refeições principais são uma oportunidade para ingerir determinados alimentos nutritivos e essenciais para uma alimentação equilibrada, como iogurtes, castanhas e frutas frescas.
5. Quem opta por uma alimentação fracionada se sente bem durante todo o dia. Por outro lado, quem permanece em jejum prolongado pode sofrer com a dificuldade de concentração e aprendizagem e ainda ficar de mau humor;
6. O jejum prolongado pode favorecer a ocorrência de hipoglicemia (falta de açúcar no sangue). Por isso, é normal sentir fraqueza, tontura e mal-estar em um período longo entre as refeições.

Fonte: Dicas da Sádía

“
Nas duas horas iniciais, ocorre o aumento dos níveis de glicose, que é a principal fonte de energia para o funcionamento do organismo”



A Amatra5, para mim, sempre foi um ponto de apoio, um porto seguro, um ponto de encontro



Fotos: Adélmo Borges



“Nossa diretoria pretende manter acesa a chama do movimento associativo”

A nova presidente eleita da Amatra5, juíza Rosemeire Lopes Fernandes, nasceu em Salvador e desde cedo atua no serviço público. Aos 17 anos, ingressou por concurso público na Secretaria Estadual de Educação e, aos 18, também através de concurso, foi admitida no Desenbanco. Em 1989, ingressou na Justiça do Trabalho como Oficial de Justiça e, em 1996, na Magistratura, no TRT da 2ª Região, permutando no mesmo ano para o TRT5. Atuou inicialmente como substituta até ser promovida por merecimento, em 2006, a Juíza Titular de Vara, em Porto Seguro. Atualmente é Titular de Itapetinga. Na Amatra5 participou de diversas comissões e conselhos e foi diretora de Direitos Humanos e Cidadania (2011-2013). É graduada em Economia e Direito, Especialista em Trabalho e Processo (EMATRA/UFBA), pós graduada em Direito do Trabalho e Direito Constitucional do Trabalho (EJUD/UFBA). É professora convidada da ENAMAT e diversas EJUDs. Membro do Conselho da EJUD 5. É gestora regional de 1º grau dos Programas Trabalho Seguro e de Combate ao Trabalho Infantil e membro da Comissão Nacional do TJC da Anamatra. Acompanhe a seguir a entrevista concedida pela magistrada, na qual ela fala de seus projetos e metas à frente da diretoria da Amatra5.

A Bahia vai sediar um Conamat (Congresso Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) durante sua gestão. Fale um pouco sobre esse desafio.

É um grande desafio sediar o Conamat, mas ao mesmo tempo um momento muito especial e que revela o prestígio nacional da nossa Amatra5. Em 40 anos, a Anamatra realizará aqui o seu congresso nacional, pela segunda vez! Toda a diretoria da Amatra5 estará envolvida, sob a coordenação das diretorias cultural e social e uma comissão nacional será constituída especialmente para este fim. A tarefa exigirá de nós a ampla participação dos associados na sua organização. Pretendemos realizar eventos preparatórios para incentivarmos a produção de teses a serem levadas ao congresso.

Em relação ao TJC, o que pretende implementar quando assumir a presidência da Amatra5?

Ampliar o TJC, Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, ativá-lo na capital e interiorizar suas ações. O TJC, idealizado pelos juízes do trabalho, nacionalmente, há mais de dez anos, constitui um dos nossos principais instrumentos de combate a duas grandes chagas sociais – o trabalho infantil e o trabalho escravo, as quais estão umbilicalmente ligadas. Pretendemos ampliar as reflexões internas sobre o tema e sobre as ações necessárias à sua eliminação, nossa competência para apreciar os pedidos de autorização para o trabalho infantil. É essencial reafirmar a parceria com o TRT e a EJUD, com os gestores regionais dos programas de combate ao trabalho infantil e trabalho seguro em nossa Região, de modo a unir esforços e potencializar os resultados que pretendemos. É imprescindível, na área dos direitos humanos, o trabalho em rede, interinstitucional e, para tanto, estreitar ainda mais as parcerias com o TRT 5, o MPT, a SRTE, a SETRE, o FETIPA e outras instituições.

ASra. já foi diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Amatra5. De que forma essa experiência pode contribuir para a nova gestão?

Esta experiência me ajudou a ampliar a visão sobre o próprio exercício da jurisdição, a função social da Magistratura, seu papel transformador e o respeito e credibilidade de que gozam a Amatra5 e o ramo do Judiciário que integramos. Atuar pela promoção dos Direitos Humanos e da Cidadania, especialmente daqueles relacionados mais diretamente ao mundo do trabalho, significa contribuir para efetivação dos Direitos e Garantias Fundamentais e do próprio Direito do Trabalho, além do próprio prestígio do Poder Judiciário Trabalhista, objetivos estatutários. A experiência ainda permitiu ampliar o diálogo com a sociedade civil

organizada e com as diversas instituições que atuam no mundo do trabalho, com as quais a Amatra5 vem há algum tempo estreitando parcerias.

Qual a estratégia para aproximar os magistrados que não estão participando da vida associativa?

Uma delas é melhorar nossa comunicação. Temos dois campos de ação distintos, mas relacionados entre si – a comunicação interna e a externa. Por intermédio da primeira, nos mantemos unidos, mobilizados e comprometidos em torno de questões comuns, isto através da informação contínua, objetiva e precisa, possibilitando, ainda, a escuta dos associados. Comunicar é também promover a informação de modo a “afinar” o nosso discurso, fornecendo subsídios que permitirão firmar nossas posições pessoais e coletivas em base sólida, inclusive para expressar à sociedade o ponto de vista da magistratura sobre questões de interesse público, sempre que formos convocados a tanto. Comunicar é prestar contas do intenso trabalho associativo desenvolvido por cada colega que se dispõe a trabalhar pelo coletivo.

Pensamos que a comunicação, entre outras finalidades, deve servir de instrumento para aproximar colegas eventualmente afastados da Amatra5. A Associação existe em função do seu associado, para a defesa dos seus interesses e constitui um elo entre nós, um ponto comum e solidário. E este aspecto assume especial importância dadas as nossas condições de isolamento

e distanciamento em que cumprimos o mister de julgar. A Amatra5, para mim, sempre foi um ponto de apoio, um porto seguro, um ponto de encontro com colegas e com amigos que tenho feito na magistratura. É preciso alimentar isso. E não é utopia. É fato.

Quais são seus projetos para os associados aposentados?

Temos defendido muito: não existe “nós e eles”, “ativos e inativos”. Os magistrados hoje na ativa são os aposentados de amanhã! Portanto, todas as questões que envolvem os direitos e garantias da magistratura envolvem todas as etapas da nossa carreira, desde o ingresso, alcançando a aposentadoria. A luta pela paridade assume destaque em nossa gestão, sem dúvida, mas, temos que reconhecer, esta luta já é antiga e contínua. Vamos permanecer neste combate, encampado na área política e legislativa pela Anamatra, com apoio diuturno das associações regionais, dentre as quais a Amatra5 sempre assumiu papel de destaque. A hora é de mais união e de mais trabalho pelo restabelecimento da isonomia.

Precisamos também mudar um pouco o viés do nosso discurso e sermos mais enfáticos na divulgação do trabalho associativo em torno dos assuntos relativos às questões que envolvem a nossa condição de aposentados. A carreira e sua valorização compreende desde o nosso ingresso, perpassando toda a nossa vida, incluindo o período da aposentadoria. Uma vez magistrados, sempre magistrados. E as garantias constitucionais da vitaliciedade e da irredutibilidade dos vencimentos alcança a todos nós, em qualquer fase da carreira, que é única. Um outro ponto é importante: considerando-se esta igualdade e a unidade da carreira. Não pretendemos realizar atividades especiais ou separadas para os colegas já aposentados. Nosso plano é realizar atividades sempre destinadas a todos, óbvio que observada a nossa diversidade e pluralidade sob os seus variados aspectos.

“ Pretendemos perenizar as atividades da Ematra 5, manter a pós-graduação e investir em cursos de curta duração ”



ses de todos nós, em busca do melhor para a entrega da prestação jurisdicional, e na defesa das prerrogativas e garantias dos Magistrados da 5ª Região.

Quais são seus planos para a Ematra5?

Nossa Escola Associativa é ainda muito jovem e, por isso, vem se aprimorando, amadurecendo, encontrando seus caminhos e as melhores formas de atender à finalidade de ser uma escola “formadora”, um espaço de encontro entre os magistrados, ensejando oportunidades de fortalecimento de vínculos. Ao mesmo tempo, realiza ações voltadas também ao público externo. Pretendemos perenizar as atividades da Ematra 5, manter a pós-graduação, cuja primeira turma concluirá sua formação ao final deste semestre e, além disso, investir em cursos de curta duração voltados para áreas de interesse do seu público interno e externo. A Escola Associativa precisa se aproximar mais do magistrado e pretendemos promover esta aproximação melhorando a comunicação, desenvolvendo atividades diferenciadas e que despertem o interesse dos colegas. Os leitores podem aguardar as novidades.

Com relação às prerrogativas dos magistrados, qual será o encaminhamento?

Esta é uma das questões centrais, razão de ser do próprio surgimento da Amatra5. A defesa firme das prerrogativas continuará sendo o ponto central de nossas ações. Teremos, pela primeira vez, uma comissão estatutária de prerrogativas. Em quinze dias, contados de nossa posse, teremos formado esta comissão que terá a incumbência de acompanhar todas as questões que envolvam prerrogativas – e são muitas. Acompanhar as ações em curso, a edição de atos pelo Regional, as ações nacionais sobre o tema das prerrogativas e encaminhar as propostas aqui aprovadas; atuar de forma preventiva, mediadora, conciliadora. Esta comissão deverá aproveitar o cabedal de conhecimentos e experiências de colegas que nos antecederam e, ao mesmo tempo, ser representativa de todos os juízes. Pretendemos manter o diálogo com o Tribunal e a Corregedoria. Nossa Associação tem tradição de entendimento com o Tribunal. Continuaremos a investir nesse diálogo, estreitando-o ainda mais, de modo que melhor atenda aos interes-

o voto aos juízes de 1º grau. Em diversas outras regiões, incluindo a nossa, as discussões prosseguem, com vistas às eleições diretas.

Mas a democratização interna não se esgota nas eleições diretas, em favor da qual nos posicionamos. Envolve a discussão sobre a governança dos tribunais, a valorização do primeiro grau e a efetiva participação deste na gestão, passando, inclusive, pelo investimento na formação dos magistrados para assumirem efetivamente este papel, na área orçamentária, por exemplo. É isso que esperamos. Hoje, constituem marco desta participação a existência de juízes de primeiro grau na posição de auxiliares da Presidência e da Corregedoria o que, sem dúvida, já constitui grande avanço na ampliação do diálogo e da participação da 1ª instância, do que, aliás, nosso TRT5 tem dado exemplo positivo.

Por último, considerando o posicionamento atual do STF, os tribunais regionais têm autonomia para regulamentar as eleições para a sua mesa diretora. Precisamos ampliar e aprofundar as reflexões sobre o tema e avançar. Democracia é conquista de todo dia.

Para finalizar, o que o associado que votou na chapa “União e Trabalho” pode esperar dessa nova diretoria?

Esta diretoria reúne colegas que se dispõem a trabalhar pelo coletivo para manter acesa a chama do movimento associativo. A história da Amatra5 é de luta e de realizações. A nossa luta, em particular, será para realizar os planos até aqui traçados e irmos além, acompanhando a evolução dos acontecimentos e superando os desafios que certamente surgirão no dia a dia da gestão que se inicia, transformando em realidade nossos objetivos e, para isso, esperamos não apenas a ação articulada de cada membro da diretoria, mas, especialmente, a participação de todos os associados. Temos certeza de que nossa força resulta da união e do trabalho que conseguiremos realizar.

Qual sua posição sobre a democracia no Poder Judiciário? A Sra. é a favor do voto dos juízes de primeiro grau para a presidência do TRT5?

Temos o compromisso constitucional de proteger o Estado Democrático de Direito e esta democracia começa em casa. Essa discussão ganha corpo em todos os Tribunais. O TRT da 4ª. Região, pioneiramente, aprovou alteração regimental que prevê consulta não vinculativa. Em seguida, os Regionais do Espírito Santo e Rio de Janeiro (17ª. e 1ª. Regiões), alteraram seus regimentos possibilitando

Veja quem são os novos diretores



ANGÉLICA FERREIRA
Vice-Presidente

Ingressou na Magistratura em 1994. Professora da Faculdade Rui Barbosa e Mestre em Direito Econômico. Juíza Titular da 13ª Vara, foi diretora cultural da Amatra5 na gestão 2011-2013. Eleita para a Comissão de Valorização dos Magistrados do 1º Grau.



CECÍLIA PONTES
Diretora de Comunicação

Formada em Direito, pela Universidade Católica do Salvador, exerceu a advocacia no período de 1994 a 2002. É pós-graduada em Processo, pela UNIFACS, e em Direito Constitucional do Trabalho, pela UFBA. Promovida por merecimento para Juíza Titular, atualmente está na Vara do Trabalho de Jequié.

EDLAMAR CERQUEIRA
Diretora-Secretária

Graduada pela Faculdade de Direito da UFBA em 1994. Pós-Graduada em Direito Público pela UNIFACS, em Direito Processual Civil pela UNIJORGE e Direito Constitucional do Trabalho pela UFBA. Ingressou na Magistratura em 2006, onde atuou em diversas Varas do Trabalho na Bahia até assumir como Juíza Auxiliar na 17ª Vara da Capital em 2007.



JUAREZ DOURADO
Diretor de Prerrogativas

Exerceu os cargos de Procurador da Fazenda Nacional e de Procurador do Estado da Bahia, antes de ingressar na Magistratura em 2006. É Especialista em Direito Constitucional do Trabalho pela UFBA. Foi Diretor de Comunicação da Amatra5 na gestão 2011-2013. Atualmente é Juiz Auxiliar da 13ª Vara do Trabalho de Salvador.



LEA OLIVEIRA
Diretora Social, Esporte e Lazer

Graduada pela UFBA. Participação no curso de Especialização em Direito do Trabalho pela Fundação da Faculdade de Direito da UFBA. Ingressou na Magistratura do Trabalho em 2007, no TRT15. Atualmente é Juíza Auxiliar da 6ª Vara do Trabalho de Salvador.



MARAMA CARNEIRO
Diretora de Aposentados e Pensionistas

Ingressou na Justiça do Trabalho da 5ª Região em maio de 1968. Em 1981 foi aprovada em concurso para o cargo de Juiz do Trabalho Substituto. Em 1993 foi promovida, por merecimento, para o cargo de Desembargadora. Foi Presidente da Amatra5, durante os anos de 1995 a 1997 e membro do Conselho da Anamatra, além de Presidente do TRT5 no período de 2003/2005.

PAULO TEMPORAL
Diretor Cultural

Tomou posse como juiz substituto em 1993 e foi promovido a titular no ano seguinte. Atuou nas varas de Teixeira de Freitas, Jequié, Alagoinhas e Candéias. Atualmente está na 16ª Vara de Salvador. Já exerceu o cargo de diretor do Fórum Trabalhista do Comércio.



SILVIA ISABELLE
Diretora de Cidadania e Direitos Humanos

Possui graduação e pós em Direito pela Universidade Potiguar. É professora convidada do curso de pós-graduação lato sensu da Faculdade Baiana de Direito, da FTC, UFBA, Ematra5 e da Escola Judicial do TRT5. É também Mestre em Direito pela UFBA e membro do Conselho da Escola Judicial do TRT5, além de Diretora Cultural da Amatra5 e coordenadora da Ematra5.



SORAYA GESTEIRA
Diretora Tesoureira

Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador em 1985, ingressou no TRT5 em 1993. É titular da 23ª vara de Salvador. É Especialista em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da UFBA e na Amatra5 exerceu os cargos de Diretora Tesoureira e Diretora Secretária, nas gestões de Fatima Stern. Foi vice-presidente na gestão de Gilmar Carneiro.



THAÍS MENDONÇA
Diretora da Ematra5

Graduada pela Unijorge. Ingressou na magistratura em 2006. Mestre em direito público pela UFBA. Professora convidada do curso de pós-graduação lato sensu da Faculdade Baiana de Direito, Ematra5 e da Escola Judicial do TRT5. Professora de Direito e Processo do Trabalho da Rede LFG de Ensino. Atualmente, juíza auxiliar da 35ª Vara do Trabalho de Salvador.



Agenda Bahia do Trabalho Decente

Trabalho Decente

*É uma ocupação produtiva
adequadamente remunerada,
exercida em condições de liberdade,
equidade e segurança, capaz de
garantir uma vida digna.*

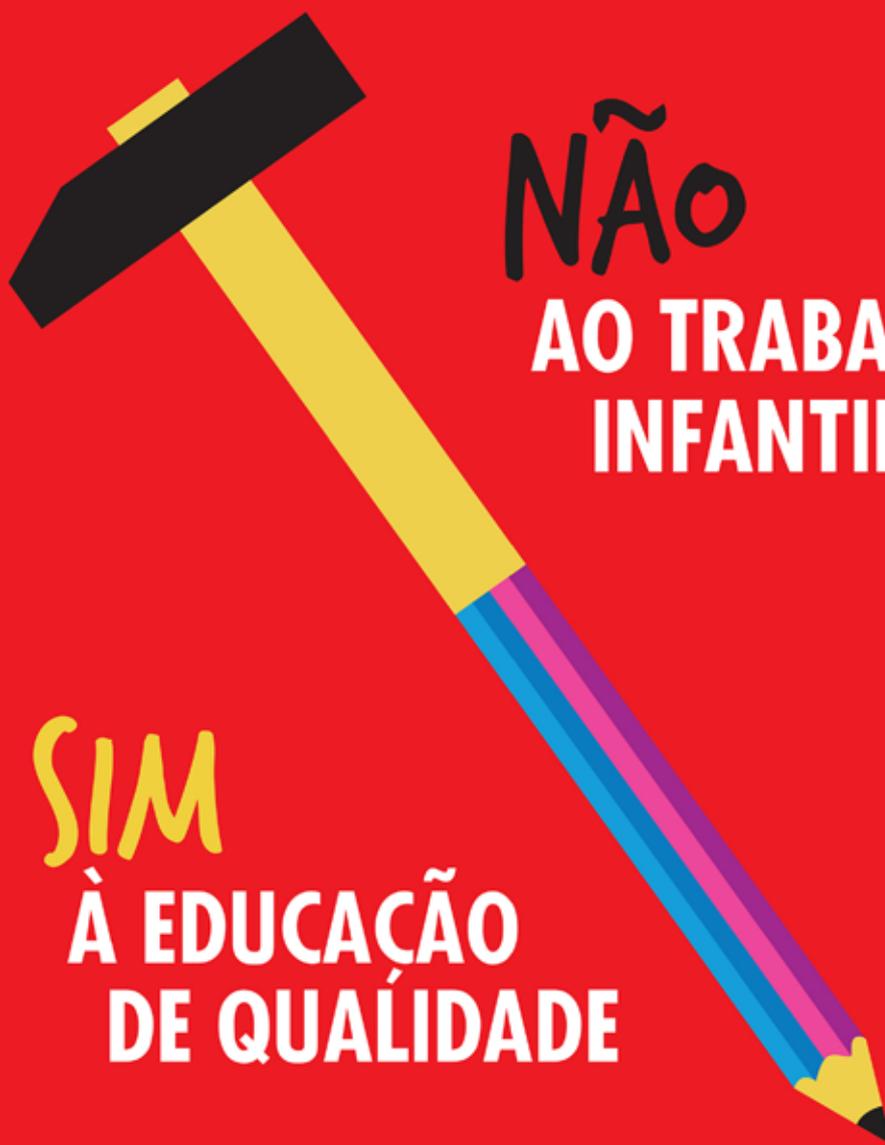
PARCEIROS:

Secretarias do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte; da Administração; de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária; de Ciência, Tecnologia e Inovação; de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza; de Educação; de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; da Indústria, Comércio e Mineração; do Planejamento; de Promoção da Igualdade; da Saúde; de Políticas para as Mulheres; e do Meio Ambiente.

Conselho Estadual Tripartite e Paritário de Trabalho e Renda | Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), Central Única dos Trabalhadores | Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil | Força Sindical | União Geral dos Trabalhadores | Federação das Indústrias do Estado da Bahia | Federação das Micro e Pequenas Empresas do Estado da Bahia | Federação do Comércio do Estado da Bahia | Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia | Assembleia Legislativa do Estado | Tribunal de Justiça do Estado da Bahia | Ministério Público do Trabalho | Associação dos Magistrados do Trabalho da 5ª Região (AMATRAS) | Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) | Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) | Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção Bahia.



12 DE JUNHO
DIA CONTRA O
TRABALHO INFANTIL



NÃO
AO TRABALHO
INFANTIL

SIM
À EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE

Você também pode participar.
Acesse www.fnpeti.org.br/12dejunho.



Organização
Internacional
do Trabalho



FNPETI
FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL